



Para divulgação imediata: 1 de maio de 2017

Para mais informações:

Pam Miller pamela@akaction.org

Dra. Mariann Lloyd-Smith biomap@oztoxics.org

Na reunião das Nações Unidas, os governos admitem uso sem precedentes de substâncias químicas tóxicas encontradas em brinquedos infantis.

Genebra, 1º de maio de 2017: Hoje, na 8ª Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo (COP8), os governos listaram na Convenção duas novas substâncias químicas tóxicas, mas permitiram exceções extraordinárias que aceitam todos os seus usos. As substâncias químicas são o DecaBDE (Decabromodifenil éter ou Decabromidifenilo), um retardante de chama normalmente encontrado em resíduos eletrônicos, e as PCCCs (parafinas cloradas de cadeia curta), substâncias químicas industriais usadas na metalurgia como retardante de chama em plásticos.¹ Ambas as substâncias são persistentes, altamente tóxicas, viajam a longas distâncias e se acumulam na cadeia alimentar. Estudos recentes do IPEN verificaram que essas substâncias são amplamente encontradas em brinquedos infantis e outros produtos que entram em contato com as crianças.²

“Os delegados dos países zombaram do tema da reunião, *Um Futuro Desintoxicado*,” disse a Dra. Mariann Lloyd-Smith, Conselheira Sênior do IPEN. “As decisões tomadas no dia de hoje garantem a exposição perigosa para os trabalhadores, a oferta de brinquedos infantis envenenados, as cadeias envenenadas de reciclagem e mais despejo de lixo”. “O verdadeiro tema da reunião parece ser *Um Futuro Des-Intoxicado*.”

Períodos Extraordinários de Exceção

Os longos períodos permitidos para as brechas não têm precedentes. Por exemplo, o uso do DecaBDE fica permitido em carros novos e peças de reposição por quase 20 anos, até 2036. O texto permitindo o DecaBDE em aeronaves esconde astutamente o fato de que a fabricação provavelmente continuará até 2050 e o uso até 2100. Entretanto, o período para as exceções específicas, segundo o Tratado, é de cinco anos. A empresa Boeing declarou claramente que esta exceção não era necessária, mas tudo indica que isso foi impulsionado pela industrial aeroespacial da União Europeia.

Um número excessivo de brechas

O Comitê de Especialistas da Convenção (POPRC) avaliou cuidadosamente essas substâncias e propôs uma única exceção para o DecaBDE de uso em peças automotivas de reposição. No entanto, a COP8 acabou admitindo uma longa lista de outras exceções que não tinham sido recomendadas justamente por existir alternativas para elas. Felizmente foi rejeitada a proposta de dois países de conceder exceção para a reciclagem poluente do DecaBDE. Os governos também permitiram numerosas exceções para o uso das PCCCs, embora o comitê dos especialistas não tenha recomendado nenhuma delas.

“Esta decisão é muito pessoal para mim,” disse Pam Miller, Co-Presidente do IPEN e Investigadora Ártica. “Eu fui criada perto de uma importante fabricante de PCCCs. Eles poluíram toda a área e a comunidade se transformou em um aglomerado de câncer.”

Sem rotulagem

Os países em desenvolvimento e com economias em transição não conseguirão cumprir facilmente as decisões tomadas no Tratado sobre essas substâncias e seus resíduos porque um pequeno grupo de países rejeitou as propostas de, ao menos, rotular os produtos que contêm tais substâncias. Os consumidores não terão qualquer informação sobre o conteúdo desses produtos, caso estejam contaminados.

“O direito de saber dos países e dos consumidores é um princípio fundamental da segurança química,” disse a Dra. Olga Speranskaya, Co-Presidente do IPEN. “Os consumidores irão comprar e expor os seus filhos a essas substâncias químicas sem saber, porque os governos não foram corajosos o suficiente para exigir que a indústria os rotulasse.”

A reciclagem tóxica continua

Os delegados dos países também concordaram em permitir a reciclagem de materiais contendo retardantes tóxicos de chama (PentaBDE e OctaBDE) encontrados em mobiliário e resíduos eletroeletrônicos. Se as substâncias químicas não são removidas, são transferidas para novos produtos quando o plástico é reciclado. Esta prática viola a Convenção de Estocolmo, que proíbe explicitamente a reciclagem e o reuso de substâncias listadas. Ironicamente, a decisão reconheceu que foram detectados retardantes tóxicos de chama em uma ampla gama de artigos em uso, inclusive brinquedos de plástico reciclado. Um novo estudo mundial do IPEN² mostra que a continuidade da política de reciclagem tóxica contamina amplamente os produtos de uso infantil.

“Como podem os países adotar uma política que potencialmente contamina as crianças?” disse o Dr. Joe DiGangi, Conselheiro de Ciência e Tecnologia do IPEN. “A reciclagem de materiais que contêm substâncias tóxicas contamina novos produtos, prolonga a exposição e sabota a credibilidade da reciclagem.”

Comitê de Especialistas adverte contra a reciclagem tóxica

O Comitê de Especialistas do Tratado advertiu contra a prática da reciclagem tóxica e recomendou explicitamente a eliminação dessas substâncias da cadeia de reciclagem “o mais rápido que for possível,” observando que “se isso não for feito resultará inevitavelmente em maior contaminação ambiental e humana e na perda da credibilidade da reciclagem em longo prazo.” A exceção dada à reciclagem poluente equivale também a legalizar o despejo de lixo eletroeletrônico nos países em desenvolvimento, que é uma prática cinicamente descrita como “reciclagem”.

“A cadeia do lixo eletroeletrônico cresce rapidamente no mundo e parece que os governos querem despejar ainda mais esse lixo,” disse o Dr. Tadesse Amara, da PAN Etiópia. “Já recebemos massivas quantidades de lixo eletroeletrônico e agora parece que eles querem aumentar mais a nossa carga tóxica – exatamente o contrário do objetivo do Tratado.”

A listagem do hexaclorobutadieno

Os delegados dos países concordaram em listar o hexaclorobutadieno (HCBD) no Anexo C – a parte do Tratado que lista as substâncias geradas de forma não intencional. A listagem no Anexo C facilita a abordagem das emissões de HCBD por meio de recomendações de Melhores Técnicas Disponíveis e Melhores Práticas Ambientais.

¹ Decabromodifenil eter (DecaBDE) e parafinas cloradas de cadeia curta (PCCCs)

² Lei os dois relatórios acessando aqui:

<http://ipen.org/news/press-release-recycling-contaminates-plastic-children%E2%80%99s-toys-toxic-chemicals-electronic-waste>

<http://ipen.org/news/press-release-children%E2%80%99s-toys-contaminated-toxic-industrial-chemical-recommended-global>

###

IPEN é uma rede de organizações da sociedade civil de interesse público presente em mais de 100 países que atua para reduzir e eliminar os danos à saúde pública e ao meio ambiente causados pelas substâncias químicas tóxicas. (www.ipen.org twitter: @ToxicsFree)

ACPO (Associação de Combate aos Poluentes); APROMAC (Associação de Proteção ao Meio Ambiente) e TOXISPHERA (Associação de Saúde Ambiental) são algumas das ONGs associadas ao IPEN que atuam em prol da segurança química e da saúde ambiental no Brasil.